



Saúde
Ministério da Saúde

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

ANS Agência Nacional de
Saúde Suplementar

Concurso Público
Nível Superior

CARGO 12:
Analista Administrativo

ESPECIALIDADE:
Ciências Contábeis



Aplicação: 16/4/2005

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**, e a prova discursiva, acompanhada de uma página para rascunho.
- 2 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **18/4/2005**, a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ans2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB.
- II **19 e 20/4/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ans2005.
- III **24/5/2005** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.
- IV **25 e 26/5/2005** – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **15/6/2005** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/ans2005.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2005–ANS/MS, de 26/1/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

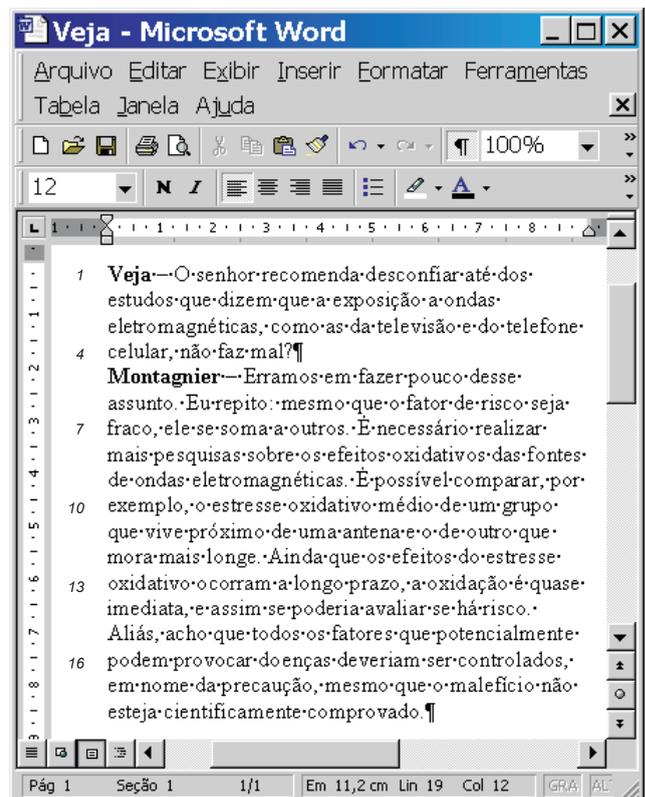
1 Existe, por certo, um abismo muito largo e profundo
entre a cosmovisão dos médicos em geral (fundada em sua
4 vasta maioria da população. Salta à vista, na abordagem do
assunto (a ética e a verdade do paciente), que se fica, mais
uma vez, diante da pergunta feita por Pôncio Pilatos a Jesus
7 Cristo, encarando, como estava, um homem pleno de sua
verdade, “O que é a verdade?” E é evidente que um e outro
se cingiam a verdades díspares.
10 É corrente a afirmação de que muitos pacientes não
querem saber a verdade de sua doença, quando grave, ou que
procuram de toda maneira se enganar. Acredita-se que o
13 médico não deva ser cúmplice dessa tendência, salvo se a
verdade proferida dos fatos for mais deletéria do que a sua
exclusão. Outra forma de dizer seria, talvez: salvo se a
16 verdade revelada dos fatos for mais prejudicial do que a
própria afecção de que é portador o paciente. Na prática, é
provável que, na maioria das vezes, prefira-se a verdade ao
19 engodo. Ademais, a mentira piedosa, o engodo ou a
não-verdade podem até redundar em escândalo, em atitudes
ainda mais dramáticas, ou se revestirem de implicações de
22 ordem legal. Nestes casos, admite-se, a verdade conhecida do
médico deve se constituir também na verdade do paciente.

Dalgimar Beserra de Menezes. A ética médica e a verdade do paciente. In: *Desafios éticos*, p. 212-5 (com adaptações).

Julgue os itens subseqüentes, a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

- A argumentação do texto opõe uma “cosmovisão” (l.2) a “concepções de vida” (l.3), justificando a origem da primeira.
- Na linha 5, os sinais de parênteses são empregados para intercalar uma explicação do que seria o “assunto”.
- As ocorrências do pronome átono, em “se fica” (l.5), “se cingiam” (l.9), “se enganar” (l.12), “prefira-se” (l.18) e “admite-se” (l.22) têm a função de indicar um sujeito indeterminado que confere impessoalidade ao texto.
- Embora a forma verbal de gerúndio não seja marcada pela flexão pessoal, o verbo “encarando” (l.7) representa, textualmente, uma ação que tem como agente “Jesus Cristo” (l.6-7).
- A retirada da preposição em “a afirmação de que” (l.10) desrespeita as regras de regência do padrão culto da língua e prejudica a coerência textual.
- São corretas as seguintes sinônimas textuais:
“verdade proferida dos fatos” (l.14): verdade revelada dos fatos;
“deletéria” (l.14): prejudicial;
“sua exclusão” (l.14-15): a própria enfermidade de que o paciente é portador.

- A substituição de “se constituir” (l.23) por **representar** preserva a coerência textual e a correção gramatical porque mantém a concordância com o sujeito da oração, “a verdade conhecida do médico” (l.22-23), e a sinonímia é autorizada pelos dicionários.
- Por constituir uma conseqüência ou uma justificativa para o que é afirmado no período imediatamente anterior, o último período sintático do texto poderia ser iniciado pelos conectivos **Por isso** ou **De sorte que** (seguidos de vírgula e com os devidos ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas), sem que fosse prejudicado o desenvolvimento da argumentação.



A figura acima mostra uma janela do Word 2000, com parte de uma reportagem extraída e adaptada da revista **Veja**, de 23/2/2005. Considerando essa figura e o texto nela contido, julgue os itens a seguir.

- A retirada da preposição “até” (l.1) preserva a correção gramatical, mas altera as relações de argumentação do texto.
- Se o termo “ondas eletromagnéticas” (l.2-3) fosse empregado de maneira determinada, definida pelo emprego do artigo, deveria ser precedido de crase porque ocorreria, então, uma contração entre a preposição e o artigo.

- 11 Na situação da figura mostrada, caso se deseje alterar todas as letras da palavra “**Montagnier**” (ℓ.5) para fonte em maiúscula, é indispensável o uso do *mouse*. Não é possível fazer essa ação apenas por meio do teclado.
- 12 O modo verbal empregado em “ocorram” (ℓ.13) e “esteja” (ℓ.18) exprime uma hipótese, uma dúvida, uma concessão, reforçada, respectivamente, pelos conectivos “Ainda que” (ℓ.12) e “mesmo que” (ℓ.17).
- 13 No texto, o advérbio “assim” (ℓ.14) indica o modo como se pode avaliar o risco: pelos “efeitos do estresse oxidativo” (ℓ.12-13).
- 14 Na linha 14, o verbo “há” seria mantido no singular mesmo que “risco” fosse empregado no plural, mas sua substituição pelo verbo **existir** manteria a coerência textual desde que seguisse a flexão de “risco” — no singular ou no plural — para que a correção gramatical fosse preservada.
- 15 Supondo que o ponto de inserção está posicionado no final do documento como mostrado, então, para justificar o alinhamento dos dois parágrafos mostrados, é suficiente realizar o seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar sobre o primeiro parágrafo; liberar a tecla ; clicar o botão direito do *mouse* e, na lista disponibilizada, clicar Parágrafo; na janela aberta em decorrência dessa ação, definir alinhamento justificado; clicar OK.
- 16 Na situação da figura mostrada, é correto inferir que a área de transferência não está vazia. Caso se deseje esvaziar a área de transferência, é possível fazê-lo por meio de opção disponibilizada ao se clicar  com o botão direito do *mouse*.
- 17 Para excluir do documento o trecho “É possível (...) mais longe” (ℓ.9-12), é suficiente realizar o seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar sobre qualquer palavra do referido trecho; liberar a tecla ; teclar .

O Senado retoma o debate sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, acordo internacional promovido pela Organização Mundial de Saúde para reduzir a produção e o consumo do tabaco. O assunto reacende na Casa a polêmica entre a área médica e os produtores de fumo no país. O texto da Convenção já foi ratificado pela Câmara dos Deputados. Duas campanhas paralelas se desenrolaram desde que a Convenção foi assinada pelo governo brasileiro e enviada ao Congresso Nacional para ser ratificada. A organização não-governamental Rede Tabaco Zero alia-se ao Instituto Nacional do Câncer para cobrar do Senado a ratificação imediata do acordo, o que, segundo a entidade, abriria caminho para a definição de regras para substituir a produção de fumo por outras culturas, com o auxílio do Banco Mundial. Já a Associação dos Fumicultores do Brasil resiste à ratificação por acreditar que ela provocaria uma imediata fuga de capitais do país em razão da desconfiança dos investidores em um mercado que estaria fadado a acabar.

Jornal do Senado, Ano XI, n.º 2.097/22, 14-20/3/2005, p. 8 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 18 Infere-se do texto que, no Brasil, os acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o país é signatário somente ganham eficácia jurídica após a aprovação, por parte do Congresso Nacional, do ato praticado pelo Poder Executivo.
- 19 Tal como acontece no Brasil, nas democracias contemporâneas a atuação dos grupos de pressão sobre os governos e os parlamentos é considerada perniciosa e potencialmente perigosa para a sobrevivência das instituições, razão pela qual tende a ser punida com rigor.
- 20 Enquanto os grupos que defendem a ratificação do documento mencionado no texto sustentam sua posição com base na tese de que o tabaco é prejudicial à saúde, seus adversários lançam mão de argumento de natureza econômica, acenando para os prejuízos que adviriam da extinção dessa lavoura.
- 21 Embora a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco tenha dimensão mundial, sua elaboração não contou com a participação da Organização das Nações Unidas, em face das pressões das grandes potências, normalmente comprometidas com a defesa dos interesses de seus poderosos grupos econômicos.
- 22 Para os fumicultores, a Convenção-Quadro torna-se inaceitável porque, entre outras falhas, propõe a eliminação do cultivo do tabaco sem oferecer apoio técnico e financeiro aos produtores interessados em substituí-lo por outras modalidades de produção agrícola.
- 23 Verifica-se, em várias partes do mundo contemporâneo, a tendência de se restringir a propaganda e a venda de cigarros e o seu uso em recintos fechados, decisão que pretende reduzir o número de mortes atribuídas ao tabagismo, considerado fator importante da ocorrência de câncer, doenças cardiovasculares e outras moléstias graves.

A desnutrição matou 12 crianças indígenas menores de cinco anos de idade, de 1.º de janeiro a 2 de março deste ano, nas aldeias de Mato Grosso do Sul. Em 2004, ocorreram 15 mortes de crianças indígenas causadas pela fome no estado. O número de vítimas pode ser maior, já que a Fundação Nacional de Saúde admite não ter recebido todos os atestados de óbito.

Folha de S. Paulo, 9/3/2005, p. A11 (com adaptações).

Considerando o texto acima e os aspectos relevantes da questão indígena no país, julgue os itens subseqüentes.

- 24 Para muitos especialistas, a Constituição Federal de 1988 cometeu um equívoco, ainda que as intenções tenham sido as melhores, ao praticamente impedir que a União promova a demarcação das terras indígenas.
- 25 O quadro verificado entre as crianças indígenas de Mato Grosso do Sul, em que pneumonia, diarreia e desidratação se unem à desnutrição, não difere substancialmente daquele encontrado em áreas periféricas dos grandes centros urbanos brasileiros, localidades nas quais as exigências de saneamento básico, em larga medida, ainda esperam por solução adequada.
- 26 Conceder a apenas um órgão federal — a FUNAI — a responsabilidade de atuar junto às populações indígenas é um equívoco com resultados funestos, alertam os especialistas, tomando como referência os atuais acontecimentos no Mato Grosso do Sul.
- 27 O CIMI, que é um conselho missionário cristão, é uma das mais conhecidas instituições da sociedade civil que se voltam para a questão indígena, na luta pela proteção moral e material desses povos.

Acerca da Lei n.º 8.080/1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os itens a seguir.

- 28 A iniciativa privada poderá participar do sistema de forma complementar. Empresas privadas formadas com a participação de capital estrangeiro estão excluídas do processo.
- 29 A omissão na referida lei sobre a possibilidade de os municípios estabelecerem consórcios intermunicipais gerou práticas as mais díspares no sistema, o que motivou recente projeto de lei específico sobre o tema.

- 30 Originalmente, a Lei n.º 8.080/1990 não incluiu o subsistema de atendimento e internação hospitalar. Ele foi objeto de nova lei editada apenas no ano de 2002.
- 31 O subsistema de vigilância sanitária é de competência exclusiva da União e suas ações estão concentradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de forma similar à saúde suplementar, regulada exclusivamente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Em relação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) — Lei n.º 8.078/1990 —, julgue os próximos itens.

- 32 Tramitam no Supremo Tribunal Federal duas ações de inconstitucionalidade referentes ao CDC. Uma movida pela Federação Nacional de Empresas de Varejo de Alimentos (supermercados) e outra, pela Associação Brasileira de Medicina de Grupo (ABRAMGE).
- 33 Com o propósito da execução da Política Nacional de Relações de Consumo, o poder público deve contar com vários instrumentos, tais como juizados especiais de pequenas causas, delegacias de polícia especializadas, assistência jurídica gratuita para consumidores carentes e promotorias de justiça no âmbito do Ministério Público.
- 34 O CDC não cuida das relações de consumo das empresas estatais e públicas. Essa regulamentação, apesar de similar, está contida no Código de Ética do Servidor Público, também de 1990.
- 35 Os direitos do consumidor incluem a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, contra cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

A respeito da Lei n.º 9.656/1998, que regulamenta a saúde suplementar, julgue os seguintes itens.

- 36 Ao estabelecer disposições para todas as empresas privadas que operam planos de assistência à saúde, essa lei deixou de fora da regulamentação e, portanto, da ação da ANS, uma importante quantidade de planos operados por institutos públicos e destinados basicamente a servidores em diversos estados e municípios do país.
- 37 Nessa lei não está incluída a obrigatoriedade do plano-referência. Essa obrigatoriedade foi objeto de normatização quando da criação da ANS, por meio da RDC 08/2000.

Acerca da Lei n.º 9.961/1990, que cria a ANS, julgue os itens que se seguem.

38 Essa lei autoriza a ANS a proceder intervenção fiscal em operadora de planos de saúde, mas limita a possibilidade de liquidação extrajudicial da operadora, pela própria ANS, ao submeter o pleito à Secretaria do Direito Econômico do Ministério da Fazenda, na forma da lei.

39 A ANS deve ser regida por um contrato de gestão, negociado entre o diretor-presidente da ANS e o Ministro da Saúde. Esse contrato deve ser aprovado pelo Senado Federal, órgão igualmente responsável pela aprovação prévia dos nomes dos dirigentes da ANS, para posterior nomeação por ato do presidente da República.

Considerando a legislação do setor de saúde no Brasil, em especial o capítulo da saúde na Constituição da República e a Lei n.º 8.142/1990, julgue os itens subseqüentes.

40 A Constituição buscou romper, no Brasil, com o tipo de acesso aos serviços públicos de saúde condicionado à situação de trabalho do usuário.

41 Antes da criação do SUS, um cidadão sem carteira de trabalho assinada não tinha acesso a serviços públicos de saúde, exceto em condições de emergência médica.

42 A Lei n.º 8.142/1990 estabelece que o Conselho Nacional de Saúde tem caráter provisório e deve reunir-se para atuar em situações de crise sanitária.

43 Por meio da Lei n.º 8.142/1990, atribuiu-se a condição de *status* público ao CONASS e ao CONASEMS.

44 A representação dos usuários nas conferências de saúde, nos termos da referida lei, é proporcionalmente igual à observada para a composição dos conselhos de saúde.

45 A Lei n.º 8.080/1990 foi elaborada após a Lei n.º 8.142/1990, e produz maior detalhamento de itens relacionados ao modelo de atenção à saúde.

46 A Lei n.º 8.142/1990 cuida dos recursos do Fundo Nacional de Saúde relacionados a despesas de custeio do sistema, mas também inclui as despesas de capital feitas pelo Ministério da Saúde.

47 Quando estabelece a possibilidade de os municípios formarem consórcios para a execução de ações de saúde, a Lei n.º 8.142/1990 não autoriza que para tal sejam remanejadas parcelas de transferências do Ministério da Saúde.

48 Ao estabelecer a saúde como direito de todos e dever do Estado, a Constituição determina, nos artigos de 196 a 200, o fim do modelo de cidadania regulada em termos institucionais.

49 A Constituição, em seu art. 197, declara de relevância pública as ações e serviços de saúde e retira a competência da iniciativa privada na prestação desses serviços.

50 A Constituição determina que as ações e serviços públicos de saúde integrem uma rede hierarquizada e constituam um sistema único de acordo com diretrizes que incluem a participação da comunidade.

51 No art. 200 da Constituição, são estabelecidas as competências do SUS. Essas competências não incluem incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico.

Ferramenta que devolve *spam* ao emissor já é realidade

Uma nova ferramenta para combater a praga do *spam* foi recentemente desenvolvida. O sistema é capaz de devolver os *e-mails* inconvenientes às pessoas que os enviaram, e está estruturado em torno de uma grande base de dados que contém os números de identificação dos computadores que enviam *spam*. Depois de identificar os endereços de onde procedem, o sistema reenvia o *e-mail* ao remetente.

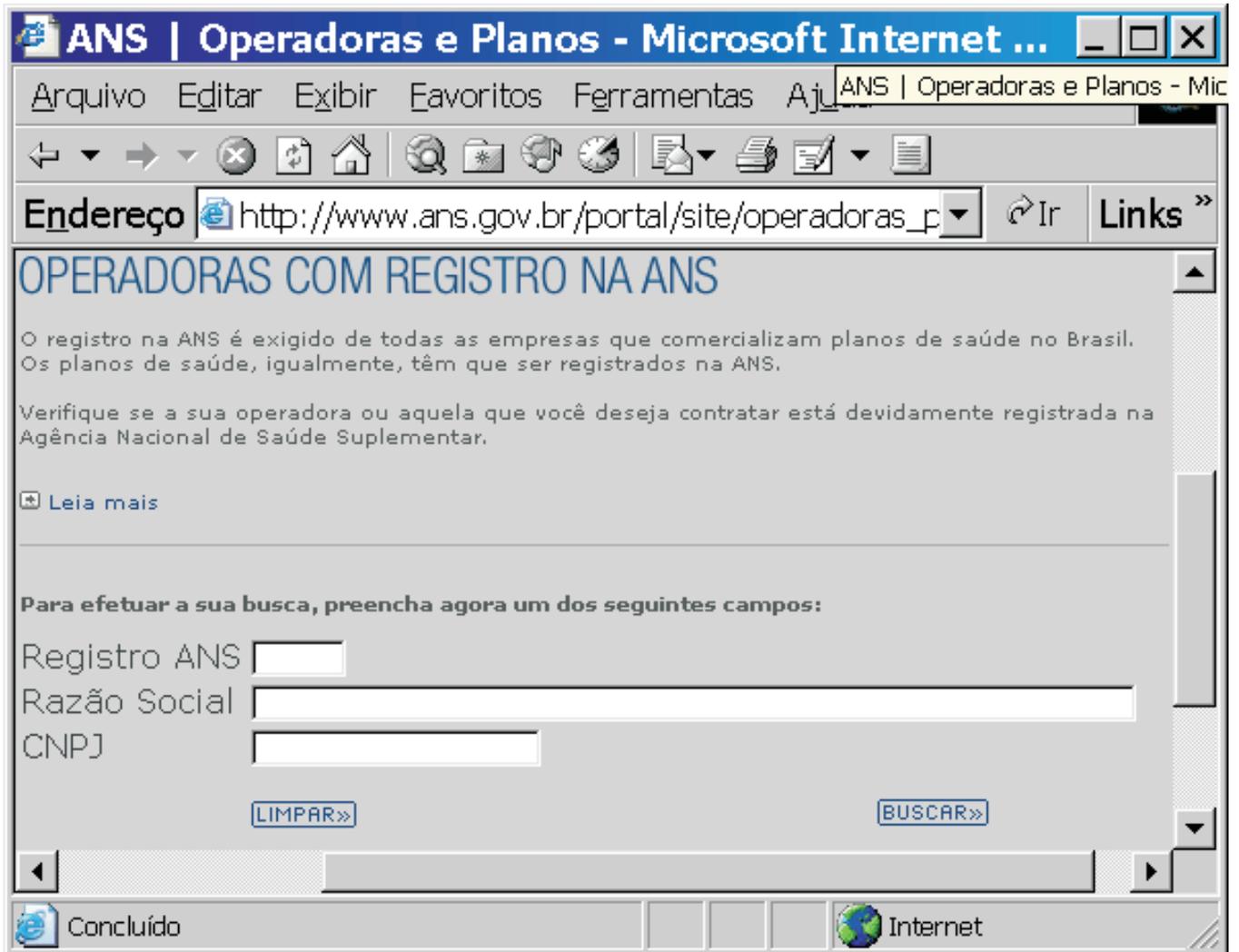
A empresa que desenvolveu o sistema assinalou que essa ferramenta minimiza o risco de ataques de *phishing*, a prática que se refere ao envio maciço de *e-mails* que fingem ser oficiais, normalmente de uma entidade bancária, e que buscam roubar informação como dados relativos a cartões de crédito ou senhas.

Internet: <<http://informatica.terra.com.br>>. Acesso em mar./2005 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os próximos itens.

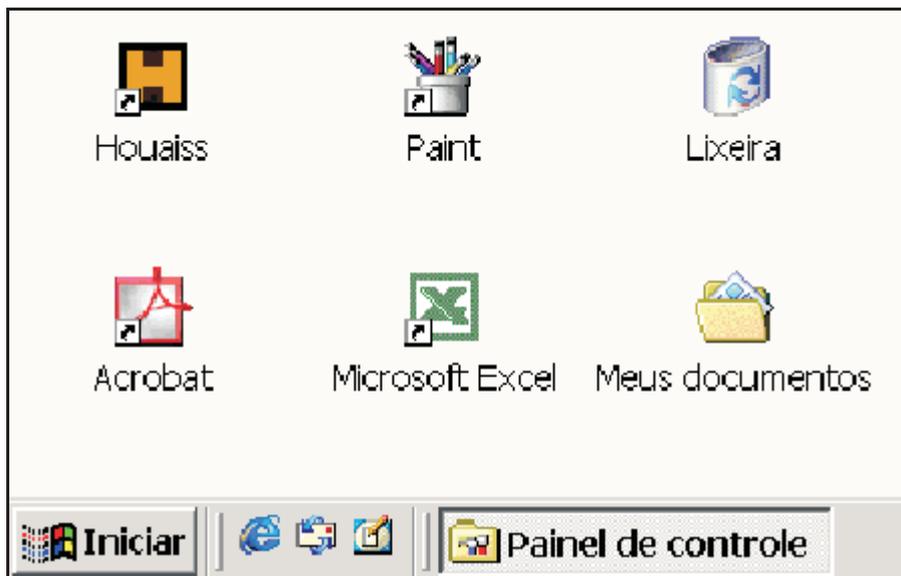
52 O procedimento de combate ao *spam* descrito no texto é semelhante ao que está implementado no Outlook Express 6, desde que o sistema *firewall* intrínseco ao Windows 2000 seja devidamente configurado e ativado.

53 Ataques de um computador por cavalo-de-tróia consistem em exemplos de ataque de *phishing*, mencionado no texto, acarretando o tipo de roubo de informações ali descrito.



Considerando que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima esteja em execução em um computador do tipo PC, cujo sistema operacional é o Windows 2000, julgue os seguintes itens, sabendo que a conexão que permitiu obter a página *web* mostrada foi realizada a partir de uma rede *ethernet* LAN.

- 54 Ao executar a instrução “**preencha agora um dos seguintes campos**”, contida na página *web* mostrada, e acionar os recursos dessa página que permitirão obter dados de registro na ANS referentes a determinada operadora de plano de saúde suplementar, haverá transferência de informação entre cliente e servidor *web*, em que protocolos da família TCP/IP serão utilizados.
- 55 Caso a conexão mencionada tivesse sido realizada a partir de uma rede *dial-up*, certamente taxas de transmissão superiores às obtidas no acesso descrito seriam obtidas, em casos normais de operação.
- 56 É possível que, ao clicar o botão direito do *mouse* sobre a página *web* mostrada, seja disponibilizada lista de opções, entre as quais uma que permite acessar recursos do IE6 para definir a referida página como favorita.



Considerando a figura acima, que mostra parte da área de trabalho do Windows 2000 em um computador PC, julgue os itens que se seguem.

- 57 A partir da figura mostrada, é correto inferir que a pasta associada ao ícone  do Windows está vazia. Nessa situação, para remover essa pasta da área de trabalho do Windows, é suficiente selecioná-la e, a seguir, teclar .
- 58 Por meio de ferramenta encontrada na pasta associada a , é possível personalizar as configurações do *mouse*, como velocidade do clique duplo, ponteiro e a velocidade de movimentação do *mouse*.

	A	B	C
1		regiões	habitantes
2	Pernambuco	83	287.000
3	Rio de Janeiro	70	146.000
4	Minas Gerais	41	198.000
5			631.000

Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha do Excel 2000, julgue os próximos itens.

- 59 Considere que a planilha Excel mostrada acima tenha sido criada em um documento Word a partir de funcionalidades do botão . Nesse caso, é correto afirmar que a referida planilha não poderá ser salva diretamente como um arquivo do tipo .xls, mas apenas como uma tabela dentro do documento Word.
- 60 Na situação da planilha Excel mostrada, é correto afirmar que o conteúdo na célula C5 pode ter sido obtido por meio do seguinte procedimento: selecionar as células C2, C3 e C4; teclar ; teclar .

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O setor de contabilidade de uma entidade da administração pública registrou uma obrigação de pagar a determinado fornecedor, referente à aquisição de material de consumo para uso nas atividades rotineiras da entidade.

Considerando o aspecto contábil na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 61 A conta que evidencia a despesa orçamentária é registrada no sistema patrimonial.
- 62 No balanço financeiro da entidade, é demonstrada a conta que contém o valor devido ao fornecedor, referente à obrigação de pagar citada.
- 63 O recebimento do material de consumo tem seu valor contabilizado em conta de resultado aumentativo, entre outras.

A administração pública utiliza instrumentos legais, tais como o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento e os créditos adicionais, para realizar as suas atividades. No processo de elaboração, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos instrumentos referenciados, utilizam-se métodos, técnicas e princípios orçamentários. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 64 O plano plurianual apresenta a idéia de continuidade, pois um governo pode dar continuidade a um plano que se iniciou em outro governo. Dessa forma, tem tempo para conhecer as ações realizadas no passado, antes de apresentar um novo plano.
- 65 Nas diretrizes orçamentárias, são dispostas as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.
- 66 O presidente da República pode propor modificação no projeto de lei orçamentária anual enquanto não for finalizada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é objeto da proposta.
- 67 O princípio do equilíbrio considera que nenhuma parcela da receita pode ser reservada ou comprometida para atender determinado gasto que não esteja definido em lei específica.
- 68 Ocorrendo uma calamidade pública, não-previsível e, por consequência, não prevista no orçamento, é necessária uma alteração do orçamento inicial, realizada por meio de crédito suplementar.
- 69 As etapas que compõem o processo orçamentário do governo federal incluem a fixação das metas de resultado fiscal, a previsão da receita, o cálculo da necessidade de financiamento do governo central, a fixação dos valores para as despesas obrigatórias, a elaboração das propostas setoriais com a sua consolidação, o processo legislativo, a sanção da lei e a execução orçamentária.
- 70 Na metodologia atual de elaboração do orçamento federal, o programa é constituído de ações que têm por finalidade combater as causas do problema de determinado público-alvo, devendo existir relação consistente de causa e efeito entre o problema a resolver e os atributos do programa.

Para realizar suas diversas atividades, a administração pública necessita de recursos financeiros arrecadados de diferentes origens e os utiliza na execução da despesa por meio de vários procedimentos, tais como suprimento de fundos, pagamento de despesas de exercícios anteriores e inscrição em restos a pagar. Utiliza também a conta única e realiza tomada ou prestação de contas da despesa realizada. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 71 A receita oriunda de um laudêmio é classificada, por fonte, como receita patrimonial.
- 72 O nome do devedor, o número de contribuinte pessoa física (CPF), a quantia devida e a data de inscrição são informações obrigatórias do termo de inscrição da dívida ativa.
- 73 A transferência de capital realizada mediante expressa autorização em lei especial, para atender a cooperação financeira da União com entidade privada sem fins lucrativos, é classificada como uma transferência de capital do tipo contribuição.
- 74 Considere que uma despesa referente à compra de um veículo foi empenhada em 2003, sendo o bem entregue pelo fornecedor em 2004. Nesse caso, no ano de 2004, a referida despesa deve ser tratada como despesa de exercício anterior.
- 75 São tratadas como restos a pagar as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.
- 76 A saída de recursos da conta única pode ser executada por meio de uma ordem bancária de pagamento. Para que a operação possa se efetivar, é necessário que seja gerado ao final do dia um arquivo magnético, que é enviado ao Banco do Brasil. De posse do arquivo, o Banco do Brasil efetua os depósitos nas contas dos beneficiários, uma vez que na ordem bancária de pagamento existe assinatura eletrônica dos gestores que autorizaram o pagamento.
- 77 Sujeitam-se à atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, mediante processo de tomada de contas, os dirigentes das entidades supervisionadas da administração indireta federal.
- 78 O limite individual de cada item a ser adquirido na aplicação de suprimento de fundos, para despesas de pequeno vulto, é de 0,25% da modalidade de licitação-convite, quer para obras e serviços de engenharia quer para outros serviços e compras em geral.

A administração pública necessita adquirir bens e serviços de diversas naturezas para desenvolver suas atividades. Nesse sentido, utiliza-se de procedimentos de licitação para selecionar o fornecedor dos bens e serviços de que precisa e para estabelecer os contratos. No referente à licitação, julgue os itens subsequentes.

- 79 Os avisos com os resumos das tomadas de preços, quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço, devem ser publicados com antecedência mínima de trinta dias em relação à data para a entrega das propostas.

80 Os documentos necessários à habilitação podem ser apresentados por qualquer processo de cópia; tais cópias, no entanto, devem ser autenticadas em cartório competente e acompanhadas dos documentos originais.

81 Na modalidade de licitação denominada pregão, o pregoeiro, após a abertura dos envelopes com as propostas de preços, classifica o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas de valores sucessivos e superiores em até vinte por cento da de menor preço.

82 Na modalidade de licitação denominada pregão, uma vez declarado o vencedor, os demais licitantes têm a faculdade de manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, sendo de três dias o prazo para apresentação das razões do recurso.

Na busca de uma gestão mais eficiente no uso dos recursos públicos, foi editada a Lei n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Acerca da LRF, julgue os itens que se seguem.

83 Para que um ente da Federação possa realizar uma transferência voluntária, é necessário, entre outras exigências, que o beneficiário comprove o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

84 O relatório resumido da execução orçamentária deve conter indicação das medidas corretivas adotadas ou a serem adotadas, se for ultrapassado o limite da despesa total com pessoal.

85 No cálculo da receita corrente líquida dos estados, são deduzidas, entre outras, as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional, a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e a compensação financeira paga pela União por conta do tempo de serviço de servidores públicos que contribuíram para o regime geral de previdência.

Com relação à elaboração e à divulgação das demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes.

86 Ao registrar o recebimento antecipado, proveniente de venda de mercadorias, a empresa também efetuará o registro do custo da mercadoria vendida.

87 A demonstração de origens e aplicação de recursos proporciona o cálculo do capital circulante líquido; enquanto o balanço patrimonial proporciona o cálculo da margem operacional bruta.

88 O registro do imposto de renda retido na fonte (IRPF) faz parte da contabilização da folha de pagamento. O valor do imposto retido permanece no ativo circulante da empresa até o final do exercício social, momento em que a empresa entrega sua declaração e recolhe o valor do IRRF aos cofres públicos.

89 O registro do lucro retido de uma empresa controlada, na controladora, proporcionará um acréscimo no ativo circulante.

Considerando a influência dos efeitos inflacionários no patrimônio das empresas, julgue os itens que se seguem.

90 Em uma economia inflacionária, o registro da variação monetária, apesar de extinto no Brasil, proporciona a visualização da perda do poder aquisitivo da moeda.

91 Considere que uma empresa possua, em seu balancete de verificação, R\$ 5.000 de empréstimos pré-fixados. No caso de a inflação do período totalizar 15%, conclui-se que a empresa obteve um ganho não-operacional de R\$ 750.

92 Sabe-se que a utilização de indexadores para a representação de demonstrações contábeis em unidade monetária constante é premissa essencial e indispensável. Um dos critérios para a determinação do indexador é a sua pouca oscilação no mercado, o que demonstra a capacidade de representar o poder aquisitivo da moeda.

93 O registro da correção monetária do ativo permanente imobilizado, em economia deflacionária, provocará acréscimo na demonstração do resultado do exercício.

94 Ao se efetuar o registro da amortização acumulada, em economia inflacionária, a empresa considerará o acréscimo da conta redutora do ativo permanente e, dessa maneira, aumentará o valor da amortização acumulada, cuja contrapartida será a despesa com depreciação e correção monetária.

A respeito da elaboração da ficha de controle de estoques e dos métodos utilizados pelas empresas, julgue os itens a seguir.

95 Para a apuração do custo da mercadoria vendida, a empresa estará de acordo com a legislação vigente ao utilizar o controle permanente e o sistema de controle de estoque que considera o custo mais antigo como referência de valor. Considerando uma economia inflacionária, o valor do lucro apurado será inferior ao lucro apurado no caso de optar pela utilização do último valor de custo.

96 Ao registrar mercadoria para revenda pelo custo histórico, a empresa não considerará a influência da reposição do bem. Este fato é compensado pela possibilidade de correção monetária do valor dos estoques de mercadorias, principalmente quando as mercadorias são adquiridas em moeda estrangeira.

97 O controle periódico de estoques não proporciona a apuração instantânea do custo da mercadoria vendida. Dessa maneira, o valor do ativo estará superestimado até a apuração do resultado do exercício.

98 Ao adquirir mercadoria para consumo na empresa, o valor do ICMS não será contabilizado no custo do estoque. O valor apurado estará destacado na conta de ICMS a recuperar.

RASCUNHO

A utilização de um sistema de custeio influencia diretamente na apuração do resultado da empresa. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 99 Ao adotar o custeio variável, a empresa considera todos os custos fixos na apuração do custo unitário do produto, independentemente da quantidade vendida. Ao considerar valores que não são alocados diretamente aos produtos como custos incorridos, há uma distorção no resultado, se comparado com o custeio por absorção. A adoção do custeio variável para fins legais é proibida no Brasil.
- 100 A adoção do custeio com base em atividades está fundamentada no rastreamento dos custos indiretos de fabricação, o que contraria o rateio. O rateio de custos é utilizado pelos sistemas que não possuem parâmetros melhores para alocar os custos indiretos aos produtos.
- 101 Considerando o custeio variável como referência, é correto afirmar que um acréscimo ao valor do preço de vendas proporcionará uma queda no ponto de equilíbrio contábil. Assim, ao reduzir o valor do custo variável, o ponto de equilíbrio contábil decrescerá.
- 102 Ao apurar o custo do produto, sob a ótica do custeio por absorção, o valor dos custos indiretos de fabricação rateados estará na demonstração do resultado do exercício de maneira proporcional ao volume vendido. Assim, os produtos que não foram vendidos incorporam o custo indireto ao ativo circulante da empresa.

Acerca da relação custo *versus* volume *versus* lucro (CVL), julgue os itens seguintes.

- 103 Ao elaborar o gráfico da análise CVL, poderá existir mais de um ponto de interseção entre a receita e o custo total. A existência de diversos pontos de interseção está diretamente vinculada à adoção, ou não, do intervalo de significância.
- 104 Ao avaliar um gráfico de análise CVL, pode-se apurar o ponto máximo de lucro que não necessariamente será o ponto máximo de volume vendido.
- 105 No caso de existir um gráfico com dois pontos de interseção entre a receita e os custos, o valor da área entre os dois pontos contemplará o ponto em que a empresa obtém o lucro máximo.

Julgue os itens subseqüentes, acerca da apuração de juros e de seu registro contábil.

- 106 Ao registrar os juros mensalmente, no período de carência de um empréstimo obtido, a empresa debitará a despesa com juros e creditará juros a pagar ou a conta de empréstimos.
- 107 Considere que, ao apurar os juros de um empréstimo, o contador tenha efetuado registro de R\$ 500 além do valor correto. Caso a empresa já tivesse efetuado o pagamento quando o erro foi descoberto, o valor pago deverá ser registrado como despesa antecipada e ser baixado no próximo pagamento dos juros, que deverá ocorrer no mês seguinte a esse registro. Assim, no mês seguinte, caso o valor dos juros tenha totalizado R\$ 1.200, o registro a ser efetuado será de R\$ 700 a débito de despesa com juros, R\$ 500 a débito de despesa antecipada e R\$ 1.200 a crédito de caixa.
- 108 Ao apurar o valor dos juros incorridos, por ocasião de empréstimo obtido junto a instituição financeira, a empresa registrará em seu resultado do exercício a despesa correspondente, mesmo que o valor dos juros não tenha sido pago em sua totalidade.

Quanto à destinação do resultado, julgue os itens a seguir.

- 109 A apuração do lucro por ação dependerá do tipo de ação da empresa. Caso a empresa possua ações ordinárias e preferenciais, o valor do lucro a distribuir, para cada ação preferencial, será de 12% a mais que o valor do lucro distribuído para cada ação ordinária.
- 110 Ao distribuir dividendos já apropriados, para uma empresa controladora, a controlada debitará o passivo circulante e creditará o ativo circulante.
- 111 O registro dos dividendos retidos pela empresa coligada, na investidora, considerando o método de custo, resulta em débito na conta de investimentos e crédito em receita de dividendos.

Julgue os itens que se seguem, referentes às peculiaridades da consolidação das demonstrações contábeis.

- 112 Os dividendos recebidos de controladas que participam da consolidação serão registrados como redução na conta de investimentos. Assim, não ocorrerá eliminação do saldo no resultado do exercício.
- 113 O valor registrado como ágio ou deságio na aquisição de sociedade controlada deverá ser divulgado em item destacado no ativo permanente consolidado, no caso do ágio, e em conta apropriada de resultado de exercícios futuros, quando representar deságio.

Acerca dos métodos adotados para a avaliação de alternativas de investimentos, julgue os itens seguintes.

- 114 Enquanto o método do valor presente líquido utiliza dados de natureza contábil, lucro líquido e valor contábil do investimento, o método do retorno contábil médio leva em consideração os fluxos de caixa esperados.
- 115 No caso de alternativas mutuamente excludentes, o valor presente líquido não poderá se vincular de maneira direta à taxa de desconto.
- 116 Considere que, ao adotar o índice de rentabilidade (IR) como referência para a escolha de investimentos, a empresa tenha obtido, ao avaliar um projeto independente, IR menor que 1. Considere ainda que os demais projetos em análise tenham obtido IR maiores que 1. Dessa maneira, o projeto que obteve resultado inferior à unidade constitui a melhor escolha.

A matemática financeira proporciona ao gestor a avaliação de alternativas de captação e concessão de recursos. Com relação a esse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 117 No regime de juros simples, as taxas de juros proporcionais não são equivalentes. Esse fato fundamenta-se na capitalização individual de cada parcela, o que não ocorre no regime de juros compostos.
- 118 O sistema de amortização *Price* adota a taxa nominal e as amortizações são feitas em base semestral, na maioria dos casos.
- 119 O sistema americano de amortização determina que os juros não podem ser pagos no período de carência. Assim, o valor dos juros será cobrado nas parcelas subseqüentes ao período de carência, sempre adicionado ao montante a ser amortizado, do valor captado, mensalmente.
- 120 No sistema de amortização francês, o valor das amortizações é calculado em relação ao valor inicial emprestado e os juros capitalizados são pagos no primeiro ano de amortização.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a folha de **TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Istoé – Por que é tão difícil cuidar da saúde?

Dráusio Varella – Somos ótimos planejadores a curto prazo. Mas e pensar como estará o corpo daqui a cinco anos? Nós não sabemos fazer isso porque isso não foi essencial para nossa sobrevivência. A humanidade tem cinco milhões de anos. O que adiantava pensar dali a cinco anos? O cara tinha de pensar no almoço dele. As preocupações eram imediatas.

Istoé, 2/3/2005 (com adaptações).

Crianças indígenas estão morrendo menos. Segundo a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), em 1999, de cada mil crianças nascidas, 112 morriam antes de completar um ano. Hoje, a média nacional é de 46 óbitos para cada mil nascimentos. Investimentos em unidades de saúde, em saneamento básico e em ações como a distribuição de medicamentos nas aldeias estão ajudando a reduzir esse índice.

Istoé, 12/1/2005 (com adaptações).

O virologista francês Luc Montagnier é um homem gentil, do tipo conciliador. Na carreira, porém, pula de polêmica em polêmica. Recentemente, voltou à arena: publicou artigo no jornal Le Monde em que afirma estar convencido, apesar da falta de evidências definitivas, de que a poluição, os alimentos industrializados e os produtos químicos são, sim, prováveis causadores de doenças crônicas como o câncer.

Veja, 23/2/2005 (com adaptações).

Saiu nos jornais: finalmente a Justiça brasileira concedeu a um rapaz o direito de receber uma indenização do estado de São Paulo por ter sido equivocadamente submetido a um tratamento de choque em um hospital psiquiátrico, tendo ficado com graves seqüelas.

André Petry. O país do desapareço. Veja, 16/2/2005 (com adaptações).

O programa de imunização brasileiro é considerado um dos melhores do mundo. Com um investimento modesto em relação ao benefício apresentado, o país erradicou a poliomielite e a varíola e diminuiu drasticamente os casos de difteria e rubéola. Além das 11 vacinas encontradas na rede pública, existem outras que, por motivos econômicos, são distribuídas gratuitamente apenas para pacientes com necessidades especiais. Doenças como catapora, meningite ou pneumonia, por exemplo, podem ser evitadas com imunizações encontradas em clínicas particulares.

Época, 28/3/2005 (com adaptações).

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo/argumentativo desenvolvendo o seguinte tema.

Saúde: uma questão individual e(ou) coletiva.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	